



Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE REDENTORA

Ofício/GP nº. 263/2023

Redentora/RS, 07 de Junho de 2023.

Exmo. Senhor:

DENILSON MACHADO DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Redentora – RS

Assunto: Encaminha Projeto de Lei nº 043/2023.

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, e demais Vereadores, encaminhamos-lhe, em anexo, o **Projeto de Lei nº 043/2023**, o qual **“INSTITUI A DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA, ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, para ser apreciado, votado e aprovado, se assim for do entendimento dos nobres Edis.

Atenciosamente,

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS

Prefeito Municipal



CNPJ 87.613.113/0001-40

Rua Pedro Luiz Costa, 388

Centro – CEP. 98.550-000 – Redentora – RS

Fone: (55) 3556-1174 – e-mail: gabinete@redentora.rs.gov.br



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

PROJETO DE LEI Nº 043/2022, DE 07 DE JUNHO DE 2023.

**INSTITUI A DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE
DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA,
ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS
PARA ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO DE
ATIVIDADE ECONÔMICA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

MALBERK ANTOINE KUNS DULLIUS, Prefeito Municipal de Redentora, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação vigente,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona e promulga a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica instituída a Declaração Municipal de Direitos de Liberdade Econômica, que estabelece normas gerais de proteção à livre iniciativa e ao livre exercício de atividades econômicas, aplicáveis em todo território municipal.

Art. 2º São princípios norteadores da Declaração Municipal de Liberdade Econômica:

- I. A liberdade no exercício de atividades econômicas;
- II. A presunção de boa-fé do particular;
- III. A intervenção subsidiária, mínima e excepcional do Município sobre o exercício de atividades econômicas.

Art. 3º São direitos de toda pessoa, natural ou jurídica, essenciais para o desenvolvimento e o crescimento econômico do Município, observado o disposto no parágrafo único do art. 170 da Constituição:

- I. Desenvolver, para sustento próprio ou de sua família, atividade econômica de baixo risco, para a qual se valha exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, sem a prévia concessão de atos públicos de liberação da atividade econômica;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

- II. Produzir, empregar e gerar renda, assegurada a liberdade para desenvolver atividade em qualquer dia da semana e horário, inclusive feriados, de acordo com as necessidades da atividade, observadas:
- a. As normas de proteção ao meio ambiente, incluídas as de combate à poluição sonora e à perturbação de sossego;
 - b. As restrições advindas de obrigações do direito privado, incluídas as situações de domínio de um determinado bem ou de partes de um bem por mais de uma pessoa simultaneamente;
 - c. As normas referentes ao direito de vizinhança;
 - d. A legislação trabalhista;
- III. Não ter restringida, por qualquer autoridade municipal, sua liberdade de definir o preço de produtos e de serviços como consequência de alterações da oferta e da demanda no mercado não regulado, ressalvadas as situações de emergência ou de calamidade pública, quando assim declarada pela autoridade competente;
- IV. Receber tratamento isonômico de órgãos e de entidades da administração pública municipal quanto ao exercício de atos de liberação da atividade econômica, hipótese em que o ato de liberação estará vinculado aos mesmos critérios de interpretação adotados em decisões administrativas análogas anteriores;
- V. Gozar de presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica, para os quais as dúvidas de interpretação do direito civil, empresarial, econômico e urbanístico serão resolvidas de forma a preservar a autonomia de sua vontade, exceto se houver expressa disposição legal em contrário;
- VI. Desenvolver, executar, operar ou comercializar novas modalidades de produtos e de serviços quando as normas infra legais se tornarem desatualizadas por força de desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente, nos termos estabelecidos em regulamento que disciplinará os requisitos para aferição da situação concreta, os procedimentos, o momento e as condições dos efeitos;
- VII. Implementar, testar e oferecer, gratuitamente ou não, um novo produto ou serviço para um grupo privado e restrito de pessoas maiores e capazes, que se valerá exclusivamente de propriedade privada própria ou de terceiros consensuais, após livre e claro consentimento, sem requerimento ou ato público de liberação da atividade econômica, exceto em hipóteses



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

de segurança nacional, de segurança pública ou sanitária ou de saúde pública, respeitada a legislação vigente, inclusive no que diz respeito à propriedade intelectual;

- VIII. Ter a garantia de que os negócios jurídicos empresariais serão objeto de livre estipulação das partes pactuantes, de forma a aplicar todas as regras de direito empresarial apenas de maneira subsidiária ao avençado, hipótese em que nenhuma norma de ordem pública dessa matéria será usada para beneficiar a parte que pactuou contra ela, exceto se para resguardar direitos tutelados pela administração pública ou de terceiros alheios ao contrato;
- IX. Ter a garantia de que, nas solicitações de atos públicos de liberação da atividade econômica que se sujeitam ao disposto nesta Lei, apresentados todos os elementos necessários à instrução do processo, o particular receberá imediatamente um prazo expresso que estipulará o tempo máximo para a devida análise de seu pedido e que, transcorrido o prazo fixado, na hipótese de silêncio da autoridade competente, importará em aprovação tácita para todos os efeitos, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas na lei;
- X. Arquivar qualquer documento por meio de microfilme ou por meio digital, conforme técnica e requisitos estabelecidos em regulamento, hipótese em que se equipará a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato de direito público.

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se atos públicos de liberação da atividade econômica a licença, a autorização, a inscrição, o registro, o alvará e os demais atos exigidos com qualquer denominação, por órgão ou entidade da administração pública municipal na aplicação de legislação, como condição prévia para o exercício de atividade econômica.

§ 2º A fiscalização do exercício do direito de que trata o inciso I do caput será realizada, obrigatoriamente, após o início de qualquer atividade de baixo risco, de ofício ou mediante iniciativa do empresário, nos prazos e procedimentos a serem definidos em lei municipal.

§ 3º Para fins do disposto no inciso I, consideram-se de baixo risco as atividades econômicas previstas em Decreto Municipal e desde que não contrariem normas estaduais ou federais que tratem, de forma específica, sobre atos públicos de liberação.

§ 4º Os critérios de interpretação de que trata o inciso IV do art. 3º deverão apontar, de forma motivada, as semelhanças, ou as diferenças, entre as situações de fato que justificam a



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

aplicação do mesmo entendimento, ou de entendimento diverso, evitando proferir decisões com base em valores jurídicos abstratos, sem considerar as consequências práticas da decisão.

§ 5º O direito de que trata o inciso IX do art. 3º dependerá de edição de Decreto Municipal, de iniciativa do Executivo Municipal.

Art. 4º Os direitos de que trata esta Lei devem ser compatibilizados com as normas que tratam de segurança nacional, segurança pública, ambiental, sanitária ou saúde pública cabendo, ao ente detentor da competência fiscalizatória respectiva, estabelecer, mediante atos normativos legais (leis, decretos, portarias, resoluções), procedimentos mais simplificados para obtenção destes atos públicos de liberação.

§ 1º Em caso de eventual conflito de normas entre o disposto nesta lei e uma norma específica, seja ela federal ou estadual, que trate de atos públicos de liberação ambientais, sanitários, de saúde pública ou de proteção contra o incêndio, estas últimas deverão ser observadas, afastando-se as disposições desta Lei.

§ 2º Se a atividade econômica, por sua natureza e nos termos da Lei Complementar Estadual nº 14.376/2014, exigir o Alvará de Prevenção e Proteção Contra Incêndios – APPCI ou Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB, quando da fiscalização de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 3º desta Lei, o empresário deverá apresentar, sob pena de autuação:

- I. Certificado de Licenciamento do Corpo de Bombeiros - CLCB, obtido por meio eletrônico;
- II. Protocolo do PPCI no CBMRS, com ART/RRT de projeto e execução, momento em que receberá um ato público de liberação provisório, ficando, a licença definitiva, condicionada à apresentação do APPCI.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica as atividades de médio e alto risco, assim definidas pela Lei Complementar Estadual nº 14.376/2013.

§ 4º As isenções de Taxa de Licença, Localização e Funcionamento para empreendimentos de pessoas físicas ou jurídicas, mesmo que tiverem suas atividades compreendidas como de baixo risco, serão disciplinadas pela Lei Municipal 1.474/2005 – Código Tributário Municipal.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

Art. 5º Os direitos de que trata esta Lei não se aplicam ao Direito Tributário e Financeiro, ressalvado o disposto no inciso X do caput do art. 3º, condicionada, a eficácia do dispositivo, a edição de regulamento.

Art. 6ª. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei por meio de Decreto no que couber.

Art. 7º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Redentora – RS, em 07 de Junho de 2023.

MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS

Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

Em 07 de Junho de 2023.

Rafael Oliveira Vigne

Secretário Municipal de Administração e Finanças



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO PROJETO DE LEI Nº 043/2023

Senhor Presidente

Senhores Vereadores

Honra-nos cumprimentar os Nobres Edis, oportunidade em que apresentamos o Projeto de Lei que **“INSTITUI A DECLARAÇÃO MUNICIPAL DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA, ESTABELECE NORMAS E PROCEDIMENTOS PARA ATOS PÚBLICOS DE LIBERAÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**, onde prevê a adesão do Município à Lei Federal nº 13.874 de 20 de setembro de 2019, denominada Lei da Liberdade Econômica.

A Constituição Federal dispõe em seu art. 170 que:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995\)](#)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei. [\(Vide Lei nº 13.874, de 2019\)](#)

A Lei Federal n. 13.874, de 20 de setembro de 2019 trouxe “Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências”.

Nesse sentido, os municípios também têm procurado se adequar à evolução trazida pela Lei 13.874/2019 e um dos grandes parceiros dos municípios tem sido o SEBRAE, o qual vem prestando assessoria neste processo de implantação da Lei de Liberdade Econômica local, que tem por grande objetivo a desburocratização nos atos de abertura dos empreendimentos locais, sejam eles de pessoas físicas ou jurídicas.

Na esteira desse processo, após a lei em vigor, o município deverá tratar da regulamentação via decreto, como prevê o § 3º do art. 3º deste projeto de lei, das atividades de baixo risco.

O processo de determinação das atividades de baixo risco será efetuado em conjunto com a fiscalização tributária municipal, departamento ambiental e vigilância sanitária. A composição da tabela é de extrema importância, haja vista que as atividades ali constantes como baixo risco estarão plenamente beneficiadas pela presente lei.

Há de se salientar que, as atividades de médio e alto risco não estarão impedidas de exercer suas atividades, a diferença destas para as de baixo risco, é que aquelas classificadas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE REDENTORA

como médio e alto risco deverão, antes do início de suas atividades, realizar os devidos licenciamentos (ambiental, sanitário, e tributário) para o início das atividades. O que para as atividades de baixo risco, serão desobrigadas ao licenciamento prévio, devendo a fiscalização municipal, efetuar o ato fiscalizatório após o início das atividades.

Salientamos novamente, que todo esse processo está sendo assessorado pelo SEBRAE, para que juntamente com a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, o município de Redentora possa evoluir e se adequar às modernas práticas empreendedoras.

Sendo assim, solicitamos apreciação e deliberação da presente matéria pelos Nobres Eds.

Gabinete do Prefeito Municipal de Redentora – RS, em 07 de Junho de 2023.


MALBERK ANTOINE KUNST DULLIUS
Prefeito Municipal